



VILAREALSTºANTONIO

ATA Nº. 7/2014

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
18 DE MARÇO DE 2014.

Aos dezoito dias do mês de março de 2014, em Vila Nova de Cacela, no edifício sede da Freguesia de Vila Nova de Cacela, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas 09.10 horas, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Célia Maria Marques da Rosa Paz**, **José Ernesto Gomes Barão** e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião ordinária, nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO CIVIL – MARÍLIO GONÇALVES - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA DINAMIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL, NA MODALIDADE DE AVENÇA;
- PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SÓCIO DESPORTIVOS, NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE, NA MODALIDADE DE AVENÇA;
- PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ALOJAMENTO LOCAL DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS DE TERRENO NO ÂMBITO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 8/89 SITO NA MANTA ROTA, VILA NOVA DE CACELA;

Handwritten signature and initials in black and blue ink.

- PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A UNIVERSIDADE DO ALGARVE E A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- MINUTA DO CONTRATO DE SENSIBILIZAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I;
- MOÇÃO RELATIVA À TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PORTOS COMERCIAIS DO ALGARVE PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES;
- APOIO A CONCEDER À CONFRARIA DO ATUM DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências dos Srs. Vereadores David Matias Murta e Luis Miguel Cristo Salvador Salas, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respetivas faltas, tendo sido substituídos, respetivamente, pelos Srs. Vereadores Célia Maria Marques da Rosa Paz e José Ernesto Gomes Barão.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 933.261,44 € (novecentos e trinta e três mil duzentos e sessenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos).

12
A

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Os Srs. Vereadores da Bancada do Partido Socialista, Célia Paz e José Barão, apresentaram uma Proposta de “Intervenção em Santa Rita” que visa a redefinição de circulação rodoviária, a colocação de lombas limitadoras de velocidade e a colocação de placas toponímicas, documento que constitui parte integrante da presente ata.

A Sra. Vereadora Célia Paz pediu um ponto de situação sobre o aumento das rendas das habitações afetas ao IHRU, no âmbito da aplicação do Decreto-Lei que o Instituto pretende levar a cabo.

O Sr. Presidente disse que a Câmara Municipal está a acompanhar o processo e disponibilizou um advogado para auxiliar os moradores. Referiu também que o IHRU está disponível para analisar as diversas situações já expostas pela Câmara Municipal, cujas taxas parecem sobrevalorizadas, mas referiu que é preciso prudência na condução deste processo, para não extremar posições entre as entidades, uma vez que o IHRU está a dar cumprimento ao exposto na legislação em vigor.

O Sr. Vereador José Barão referiu que o Mercado Mensal de Cacela tem vindo a perder atratividade e que o mesmo deveria ser revitalizado, tendo sugerido que o mesmo se reorganizasse mais próximo do centro da Freguesia.

O Sr. Presidente concordou com a perda da atratividade do Mercado mas não concordou com a centralização do Mercado no centro da Freguesia, uma vez que a maioria da população demonstra descontentamento e manifesta que o mesmo causa transtorno e constrangimento, para além de que há um espaço próprio para a realização do Mercado.

O Sr. Vereador José Cruz questionou sobre o atraso das obras de saneamento básico na freguesia de Vila Nova de Cacela, sobre o Conservatório de Vila Real de Santo António e sobre a aprovação do PAEL pelo Tribunal de Contas.

Handwritten signature in black ink and the initials 'AJ' in blue ink.

O Sr. Presidente respondeu referindo que os atrasos nas obras de saneamento foram causados pelas chuvas, pelo que logo que o pavimento esteja em condições o tapete será colocado.

Sobre a questão do Conservatório, a Sra. Vereadora Conceição Cabrita disse que estão a ser realizadas obras de requalificação do edifício e mencionou que celebrou uma reunião com os pais e comprometeu-se a desbloquear mil euros por mês para pagamento das verbas em atraso, regularizando-se o restante logo que a Câmara Municipal receba as verbas do PAEL.

O Sr. Vereador José Barão perguntou se não houve esquecimento em convocar os Srs. Vereadores da oposição para a reunião com o Conservatório, conforme acordado em anterior reunião.

A Sra. Vereadora disse que tratou-se de uma reunião técnica e não para discutir as questões estruturantes e estratégicas do Conservatório Regional de Vila Real de Santo António.

O Sr. Presidente disse que os membros do Executivo realizam diversas reuniões por dia, pelo que não podem estar a convocar permanentemente os Srs. Vereadores da oposição. No que se refere ao empréstimo do PAEL, ainda não há decisão por parte do Tribunal de Contas (TC). Mencionou ainda que o TC levanta diversas questões neste tipo de processos de visto mas que espera que em breve o assunto fique concluído.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a espera para as diversas empresas que aguardam pelo dinheiro do empréstimo é desesperante e para a Câmara Municipal é prejudicial, pois gasta imenso dinheiro no pagamento de juros de mora não resolvendo definitivamente o problema, o que vem agravar ainda mais a situação financeira da Câmara.



DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO CIVIL – MARÍLIO GONÇALVES - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

A Sra. Vereadora Célia Paz questionou se se tratava apenas de um convite a um prestador ou se tinham sido solicitadas outras propostas.

O Sr. Presidente disse que este foi o prestador proposto pela Proteção Civil, pois para fazer este serviço são necessários alguns requisitos técnicos especializados, daí não se ter convidado outros prestadores.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que duvida que nos quadros da Câmara Municipal não haja técnicos com os requisitos necessários para pertencer à equipa de proteção civil. Nada tem contra o prestador mas não concorda com este tipo de prestações de serviço. Face às imposições legais, restrições financeiras e lei dos compromissos, a Câmara Municipal não pode recrutar trabalhadores, pelo que recorre a este tipo de prestações de serviços. Para a CDU são opções estratégicas não adequadas.



= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, para a celebração da prestação de serviços técnicos especializados na área da Proteção Civil – Sapadores Florestais, pelo período de 16 (dezasseis) meses, com o prestador de serviços Marílio Duarte Geda Gonçalves, e por se tratar de um compromisso plurianual, sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária desse Órgão, em 28 de Novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA DINAMIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL, NA MODALIDADE DE AVENÇA.

A Sra. Vereadora Célia Paz perguntou quais as funções que o prestador de serviço irá realizar e questionou ainda se o mesmo já desempenhava funções na Câmara.

O Sr. Presidente explicou as funções e confirmou que o prestador tem vindo a trabalhar na Câmara Municipal.

4
—
A

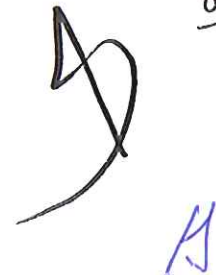
O Sr. Vereador José Cruz referiu que duvida que nos quadros da Câmara Municipal não haja técnicos com os requisitos necessários para efetuar esta função. Nada tem contra o prestador mas não concorda com este tipo de prestações de serviço. Face às imposições legais, restrições financeiras e lei dos compromissos, a Câmara Municipal não pode recrutar trabalhadores, pelo que recorre a este tipo de prestações de serviços. Para a CDU são opções estratégicas não adequadas.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 11 do seu artigo 73.º Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, para a celebração da prestação de serviços na área de dinamização social municipal na modalidade de avença, pelo período de 9 (nove) meses, com Pedro Miguel Pereira Morais, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SÓCIO DESPORTIVOS, NA ÁREA DO DESPORTO E SAÚDE, NA MODALIDADE DE AVENÇA.

A Sra. Vereadora Célia Paz perguntou que tipos de programas irão ser desenvolvidos e questionou ainda se o mesmo já desempenhava funções na Câmara.

O Sr. Presidente explicou as funções e confirmou que o prestador tem vindo a trabalhar na Câmara Municipal.

Handwritten signature in black ink and the letter 'A' in blue ink.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que duvida que nos quadros da Câmara Municipal não haja técnicos com os requisitos necessários para efetuar esta função. Nada tem contra o prestador mas não concorda com este tipo de prestações de serviço. Face às imposições legais, restrições financeiras e lei dos compromissos, a Câmara Municipal não pode recrutar trabalhadores, pelo que recorre a este tipo de prestações de serviços. Para a CDU são opções estratégicas não adequadas.

A Sra. Vereadora Célia Paz perguntou se os clubes locais não podiam desempenhar as tarefas mencionadas na proposta. Disse que havendo um plano de desenvolvimento municipal na área do desporto, este tipo de propostas poderiam enquadrar-se no plano e articulava-se com os clubes as necessidades mencionadas na proposta.

O Sr. Presidente explicou que a Câmara Municipal não tem contratos programas mas dialoga permanentemente com clubes e associações e referiu que há um plano municipal de desenvolvimento desportivo.

O Sr. Vereador José Barão mencionou que um plano de desenvolvimento desportivo deveria assentar numa estratégia coerente entre os clubes e a Câmara Municipal e a Sra. Vereadora Célia Paz disse que com essa estratégia os recursos humanos envolvidos realizariam as atividades para os clubes.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 11 do seu artigo 73.º Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, para a celebração da prestação de serviços sócio desportivos na área do desporto e saúde, na modalidade de avença, pelo período de 17 de Abril de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, com Hugo Miguel Ferreira Viegas, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ALOJAMENTO LOCAL DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Barão mencionou que lhe parecia positivo se a Câmara Municipal criasse um gabinete que divulgasse o Regulamento submetido a aprovação e legislação existente sobre a matéria, bem como que auxiliasse e sensibilizasse os empresários a adequar-se à Lei.

O Sr. Presidente aludiu que a Câmara Municipal podia criar esse gabinete se demorasse nas respostas às solicitações dos empresários. Mas como as respostas são dadas com eficiência e celeridade às solicitações dos munícipes, julga que não se justifica a criação desse gabinete. Mencionou ainda o Sr. Presidente que, nas diversas reuniões que tem realizado com alguns empresários do ramo imobiliário, tem ficado a saber que muitos empresários têm efetuado a legalização dos chamados alojamentos paralelos.

O Sr. Vereador José Cruz disse que o regulamento é bom mas não lhe parece o momento mais oportuno pelas dificuldades que as famílias e as empresas atravessam, para além de que tradicionalmente este tipo de alojamento não tem tendência para se licenciar, apesar das facilidades com que hoje em dia se consegue tal obtenção.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Projeto de Regulamento Municipal de Alojamento Local do concelho de Vila Real de Santo António, com a consequente revogação do Regulamento Municipal de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem, publicado por Edital n.º 374/2001, do Apêndice n.º 107, da II Série, n.º 208, do Diário da república, em 07 de setembro de 2001, e submeter o Projeto de Regulamento Municipal de Alojamento Local do concelho de Vila Real de Santo António para aprovação da Assembleia Municipal, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

10
—
A

DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS DE TERRENO NO ÂMBITO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 8/89 SITO NA MANTA ROTA, VILA NOVA DE CACELA.

O Sr. Vereador José Cruz questionou por que motivo se legaliza apenas estes dois lotes e por que motivo a verba da alienação das parcelas não reverte para a Câmara Municipal. Face à explicação do Sr. Presidente, o Sr. Vereador perguntou se quando houver venda das parcelas será submetida uma proposta com a indicação do valor.

O Sr. Presidente disse que quando se proceder à venda das parcelas será submetida uma proposta à Câmara Municipal e que é necessário que pelo menos 2/3 dos proprietários do loteamento autorizem a venda. Esclareceu ainda que a proposta visa desafetar duas parcelas para integrarem os lotes confinantes e o que se está a aprovar é passar dois lotes do domínio público municipal para o domínio privado municipal.

O Sr. Vereador José Barão referiu que concordava com a proposta mas chamou a atenção para o facto dos lotes números 11 e 12 serem moradias unifamiliares.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de serem submetidas à aprovação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 92,13m², a fim de ser anexada ao Lote n.º 11 do Alvará de Loteamento n.º 8/89, passando o referido lote a ter uma área total de 302,73m², e a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 83,27m², a fim de ser anexada ao Lote n.º 12 do Alvará de Loteamento n.º 8/89, passando o referido lote a ter uma área total de 290,27m², de acordo com plantas em anexo, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

11
S

PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A UNIVERSIDADE DO ALGARVE E A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. ^A

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser ratificado o Protocolo celebrado entre a Universidade do Algarve e a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

MINUTA DO CONTRATO DE SENSIBILIZAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta do contrato de sensibilização entre a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e o Agrupamento de Escolas D. José I, para a integração do aluno Rui Manuel João Pereira, com 15 anos de idade, aluno da turma D do 8º ano de escolaridade nas instalações da Biblioteca Municipal Vicente Campinas, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



H

APOIO A CONCEDER À CONFRARIA DO ATUM DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

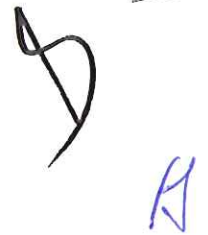
O Sr. Vereador José Barão perguntou se a Câmara Municipal tinha na sua posse o relatório de contas e de atividade da Confraria. O Sr. Presidente disse que este era um apoio pontual, pelo que a Câmara Municipal não tinha esse documento mas concorda que a Câmara tenha os relatórios de contas e planos de atividades dos clubes e associações que apoia.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que se houver contratos programa é mais fácil saber-se o que se gasta e fica definida uma estratégia de apoio com requisitos previamente definidos em vez de se atribuir estes apoios casuísticos.

O Sr. Presidente disse que proximamente dará conhecimento à Câmara Municipal de todos os apoios de transporte e outros materiais que a Câmara Municipal presta aos clubes e associações.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado a atribuição de um apoio de 250,00 euros à Confraria do Atum, documento que constitui parte integrante da presente ata.

- Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita não tomou posição na votação por ser familiar do subscritor da petição.

Handwritten signature and initials in blue ink.

MOÇÃO RELATIVA À TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PORTOS COMERCIAIS DO ALGARVE PARA A ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES.

- Pelo Sr. Vereador José Cruz e subscrita pelos Vereadores Srs. Célia Paz e José Barão foi apresentada uma Moção no sentido de se reclamar junto do Governo para se criar uma Administração dos Portos do Algarve com uma gestão pública integrada numa estratégia nacional de desenvolvimento da atividade marítimo-portuária, à semelhança das administrações portuárias existentes em todas as regiões e manifestar o seu total desacordo pela concretização da intenção do Governo de transferir a gestão dos Portos Comerciais do Algarve para a Administração do Porto de Sines e a dos Portos do Guadiana para a empresa Docapesca, documento que constitui parte integrante da presente ata.

- Pelos Vereadores Srs. Célia Paz e José Barão e subscrita pelo Sr. Vereador José Cruz foi apresentada uma Declaração a solidarizar-se com a Moção, documento que fica apenso a ata.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Maria da Conceição Cabrita, João Sol Pereira e João Rodrigues, reprovando a Moção.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se registaram intervenções.

MINUTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10 horas e 20 minutos.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIXIA SABINO, Chefe de Divisão das Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.

